

Tânia Moura Benevides

Universidade Federal da Bahia /
Universidade do Estado da Bahia
(UFBA/UNEB, Brasil)
taniabenevides@terra.com.br

Denise Ribeiro de Almeida

Universidade do Estado da Bahia
(UFBA, Brasil)
deniserib@gmail.com

Eduardo Almeida Cunha

União Metropolitana de Educação e Cultura
(UNIME, Brasil)
cunhaea70@gmail.com

Jaime Fabiano Mendes

Universidade do Estado da Bahia
(UNEB, Brasil)
jfmendessilva@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo

Endereço

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras
29.075-910, Vitória-ES
gestao.conexoes@gmail.com
gestaoconexoes@ccje.ufes.br
http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm

Coordenação

Programa de Pós-Graduação em
Administração (PPGADM/CCJE/UFES)

Artigo convidado

SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA BAHIA: UMA PRIMEIRA ANÁLISE

SENSES OF WORK FOR MILITARY POLICE OFFICERS IN THE STATE OF BAHIA: A FIRST ANALYSIS

RESUMO

Este artigo visa a evidenciar a percepção dos policiais militares do Estado da Bahia em relação aos sentidos do trabalho. Partiu-se, nesta primeira análise, dos resultados de um pré-teste realizado com os policiais de um Comando de Policiamento Especial. O trabalho se baseou, na análise bibliográfica, em Antunes (2007), no livro intitulado *Os sentidos do trabalho*, fazendo parte de uma pesquisa maior que busca identificar os sentidos do trabalho para distintas categorias de trabalhadores; neste artigo, o foco são os policiais. Os resultados desse levantamento preliminar revelam que as categorias utilizadas por Antunes (2007) necessitam de adaptação para abordar esses trabalhadores, porque outros sentidos são apontados pelos policiais nos questionamentos subsequentes. Constatou-se que os valores institucionais influenciam os sentidos indicados por eles. Há, reconhecidamente, orgulho pelo exercício da atividade laboral, entretanto, a desvalorização da atividade é fortemente considerada um sentido negativo.

Palavras-chave: Sentidos do trabalho. Trabalho. Segurança pública. Policiais.

ABSTRACT

This article aims to highlight the perception of military police officers in the state of Bahia regarding the senses of work. In this first analysis, we started from the results of a pretest performed with policemen from a Special Police Command Center. The article was based, in the bibliographic analysis, on Antunes (2007), in the book entitled *Os sentidos do trabalho*, and it is part of a broader research that seeks to identify the senses of work for various categories of workers; in this article, the focus lies on policemen. The results of this preliminary survey reveal that the categories used by Antunes (2007) need an adaptation to address these workers, because other senses are pointed out by policemen in the subsequent questions. It was found that institutional values influence on the senses indicated by them. There are, admittedly, pride for exercising the labor activity, however, the lack of appreciation for the activity is strongly considered as a negative sense.

Keywords: Senses of work. Work. Public security. Policemen.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho pode, para muitos autores, ser visto como elemento estrutural nas distintas formações sociais. Assim, adquire significados diversos e assume formas distintas de organização e materialidade, a depender do contexto histórico. Na contemporaneidade, o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas, adquirindo dimensão dúplice ou contraditória, pois cria, humaniza, libera e emancipa, mas, também, subordina, degrada, escraviza e aliena. Essa dupla dimensão explicita complexas relações (ANTUNES, 2007; 2011; DOURADO et al., 2009; MARX, 1982; SILVA; YAZBEK, 2008; BORGES; YAMAMOTO, 2004; BENEVIDES, 2012).

As transformações sociais associam novas formas e significados ao trabalho, o que tem reflexos sobre as relações sociais. A temática do trabalho é abordada na literatura por diferentes ciências, disciplinas e autores, que atestam sua complexidade. Oliveira e Mendonza (2007, p.6) advertem que “os sentidos do trabalho em discussão” constituem um debate que se arrasta por três décadas, envolvendo o posicionamento de André Gorz, Claus Off, Jürgen Habermas, Robert Castel, Huw Beynon, Francisco de Oliveira e Ricardo Antunes Antunes. Esse debate alimenta-se de novas evidências e de novas abordagens, mas continua em aberto. “As abordagens sobre o futuro do trabalho [...] têm colocado em inquestionável evidência, no mundo inteiro, o tema do trabalho no debate sociológico, filosófico, econômico, entre outras disciplinas” (OLIVEIRA; MENDONZA, 2007, p. 8).

No campo da psicologia, em trabalhos publicados no Brasil, a dimensão *sentidos do trabalho* é pesquisada por diversos autores, como Morin (2001; 2002), Morin, Tonelli e Pliopas (2003), Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012), Coutinho (2009), Natividade e Coutinho (2012), Dal Magro e Coutinho (2008), Luchese et al. (2010), Araújo e Sachuk (2007), entre outros. São trabalhos que derivam dos estudos do grupo Meaning of Work (MOW) e/ou que avaliam uma perspectiva do indivíduo, o que não interessa, enquanto campo de pesquisa, aos autores deste artigo, que buscam uma vertente sociológica.

Em trabalhos anteriores com docentes, bancários e permissionários de um centro comercial, Benevides (2012) e Benevides e Ribeiro (2014) afirmam que a complexidade se desvela, tal como apontado por Kosik (2002), quando diz que o trabalho que produz riqueza na sociedade capitalista é abstrato e concreto, dotado de dupla natureza, pois é apenas dessa forma que estrutura a economia. Para Kosik (2002), o trabalho em sentido econômico cria, de forma específica, histórica e social, a riqueza. Na realidade humano-social, o trabalho assume uma dimensão subjetiva, cuja satisfação assegura a existência do indivíduo, ou seja, um processo que permeia todo ser humano e constitui sua

especificidade.

No campo da sociologia encontra-se o livro seminal do professor Ricardo Antunes (2007), intitulado *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. O autor reafirma a centralidade do trabalho, destacando a complexificação do mundo do trabalho e criticando a posição daqueles que a negam. Fala da autonomia, autodeterminação e liberdade como condições para conferir sentido ao trabalho, certamente se refere a elementos que atribuem sentidos positivos. Refere-se à possibilidade de execução de um trabalho concreto. Busca-se, neste artigo, além de entender as percepções sobre autonomia, autodeterminação e liberdade, identificar outras representações que esses trabalhadores atribuem ao seu trabalho, de modo a estabelecer subcategorias para o estudo de Antunes (2007).

Com base nessas concepções, este estudo traz como questão de pesquisa: “Quais são os significados do trabalho para os policiais militares vinculados ao Comando de Policiamento Especial da Bahia?”. Seu objetivo geral pode ser sintetizado como um esforço para delinear os significados do trabalho para os policiais militares vinculados ao Comando de Policiamento Especial (CPE), tendo por objetivos específicos: a) delinear o perfil dos policiais que trabalham no CPE; b) identificar a percepção dos respondentes em relação ao trabalho de modo geral; c) identificar as diferentes perspectivas atribuídas ao trabalho policial; e d) testar as categorias autonomia, autodeterminação e liberdade com essa categoria de trabalhadores.

Estruturalmente, além desta introdução, o texto apresenta sua base conceitual ancorada nos conceitos-chave de trabalho e seus significados; a seguir, apresentam-se o percurso metodológico e os resultados da pesquisa de campo, subdivididos na caracterização da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA) e na análise dos significados do trabalho para os policiais militares do estado da Bahia; finaliza-se o artigo com a síntese dos principais achados, as limitações do estudo e possíveis linhas de continuidade ao artigo.

2. O CORPO E OS DETERMINANTES DAS SUAS FORMAS: INFLUÊNCIAS SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO

O trabalho é analisado sob diferentes perspectivas, como destaca Dias (2009): a divisão do trabalho de Émile Durkheim; a ética do trabalho para Max Weber; a miséria do trabalho alienado e a utopia do trabalho humanizador de Karl Marx; a escravidão que leva ao amor ao trabalho de Paul Lafargue; a corrosão do caráter por meio do trabalho no novo capitalismo com Richard Sennet; e a transformação do trabalho e do emprego na

sociedade em rede de Manuel Castells (2002). “A alegria de trabalhar, o prazer, o sofrimento, a invenção do trabalho e a sua organização nos leva a refletir sobre diferentes contextos e chaves de compreensão dos sentidos que se entrelaçam subjetivamente” (DIAS, 2009, p. 33).

Entender o trabalho no passado e no presente depende da compreensão dos símbolos de culturas e dos espelhos de poder. O trabalho pode ser glorificado ou desprezado, dependendo do poder social mais amplo (DIAS, 2009). Ou seja, do contexto econômico, político e social.

A forma como o indivíduo se relaciona com seu trabalho faz com que este ganhe significados diferentes. Mesmo exercendo funções semelhantes, nenhum homem trabalha da mesma forma. Apropriam-se do trabalho de maneira diferente e sustentam essa diferença pela forma como convivem em seu meio social, com sua cultura e época histórica (DIAS, 2009). Assim, o trabalho significa uma experiência humana complexa e não encerra um significado comum ou universal. É necessário aprofundar-se na análise do conceito a partir do grupo social, inserido em seu contexto – historicidade e experiências, que, ao mesmo tempo, constituem transformações de sentido.

Antunes (1995 e 1999 apud OLIVEIRA; MENDONZA, 2007) se opõe à tese do fim do trabalho na sociedade atual, para o autor, seria inadmissível supor-se a extinção do trabalho social. A sociedade atual, mais do que nunca, afirma-se como produtora de mercadorias, as quais derivam da atividade manual e/ou intelectual que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção. O equívoco dos que advogam aquela proposição estaria, segundo o autor, em não considerar a distinção feita por Marx entre trabalho abstrato (“dispêndio de força humana de trabalho”, que cria o valor de troca das mercadorias) e trabalho concreto (que na qualidade de trabalho útil, produz valor de uso).

Assim, faz diferença falar-se em uma crise da sociedade do trabalho abstrato, [...] ou basear essa avaliação na sua dimensão concreta, estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza, como o fazem Offe, Gorz, Habermas. Para o autor, a superação do trabalho abstrato só é possível de ser concebida no plano da superação da própria sociedade produtora de mercadorias, em um movimento “para além do capital” (OLIVEIRA; MENDONZA, 2007, p. 7).

O trabalho é a matriz fundante do ser social, uma vez que constitui mediação entre o ser natural e o ser social. Além disso, é por meio do trabalho que são produzidos os bens materiais necessários à existência humana, sendo, portanto, a base a partir da qual se estrutura qualquer forma de sociabilidade. O trabalho concreto, produtor do valor de uso, foi, é, e sempre será uma necessidade humana e uma forma positiva de autoexpressão do próprio homem (MARX, 1982; TONET; NASCIMENTO, 2009; ANTUNES, 2007; PADILHA; CARNEIRO, 2009). Para além da produção do valor de uso,

segundo Sennett (2009), a realização do trabalho (concreto) traz recompensas de natureza subjetiva. Para Sennett (2009), são duas as recompensas: a primeira, diz respeito à criação do vínculo com a realidade tangível e a segunda aponta para a possibilidade de gratificação, de orgulhar-se de seu trabalho. No processo de realização do trabalho, o indivíduo realiza-se e mostra-se engajado como ser humano. Sennett (2009, p. 30) fala do sentido do trabalho resgatando a imagem do artífice, pois este “[...] representa uma condição humana especial: a do engajamento”. O trabalho, assim posto, tem a potencialidade de permitir ao homem expressar suas forças essenciais e construir-se como um ser autenticamente humano, afirmam Tonet e Nascimento (2009).

O entendimento da substituição do trabalho individual do artesão pelo trabalho abstrato leva à compreensão do processo de alienação do trabalhador. A propriedade dos instrumentos e dos produtos finais de seu trabalho possibilitava ao artesão conservar uma identidade individual, pois este impunha à produção sua marca particular e vivia seu trabalho como exercício imediato de sua autonomia. À medida que seus produtos passaram a ser fabricados com a finalidade única de ser vendidos no mercado – mercadorias – o artesão conheceu a experiência da alienação. Alienado como proprietário e comerciante de produtos, ainda permanecia soberano no interior de seu trabalho. “[...] como criador e produtor, transformando e dando forma à matéria segundo métodos e ritmos que, dentro de certos limites, lhe eram particulares” (GORZ, 1980, p. 34). Seu ofício lhe conferia identidade e lugar próprio na sociedade. A intensificação da mercadorização levou à proletarização do indivíduo. Despossuídos de instrumentos e de ofícios, forçado a executar uma quantidade determinada de trabalho em troca do salário, o trabalhador conheceu, então, a noção de assalariamento.

Com efeito, no processo de desenvolvimento histórico, o trabalho concreto assumiu formas contraditórias, em função da opressão e exploração do trabalhador, o trabalho que cria riqueza, arte e beleza – manifestação da potência humana – metamorfoseou-se naquele que produz pobreza, miséria, degradação e desumanização. Desse modo, o significado do trabalho é historicamente determinado, e, portanto, não conatural. Surge e se constitui como resultado da divisão social do trabalho, que, nesse caso particular do modo de produção capitalista, opera a subordinação estrutural do trabalho ao capital (TONET; NASCIMENTO, 2009; ANTUNES, 2007).

Mészáros (2009) afirma que, nesse processo, o homem é violentamente separado do poder de tomada de decisão, o que impede a participação significativa dos indivíduos sociais na constituição da totalidade, transformando o trabalho vivo em trabalho abstrato, excluindo o trabalho da propriedade e invertendo a lógica societal: “O capital assume, em

seu processo, uma lógica onde o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao seu valor de troca” (ANTUNES, 2007, p. 17). Assim, “a divisão do trabalho privilegia as partes, e não os conjuntos” (SENNETT, 2009, p. 59). O capital encontra sua base de existência sobre a sujeição do trabalho, acumulando-o, objetivando-o e alienando-o.

Paniago (2007) adverte que o comando do capital sobre o trabalho opera uma subversão da relação sujeito-objeto, isso porque, na relação de dominação que estabelece com o trabalho alienado, usurpa do trabalhador todo o poder de decisão e substitui as necessidades humanas conscientemente definidas por seus ditames de autovalorização – compulsão de produzir o trabalho excedente, ou seja, trabalhar além das necessidades imediatas do indivíduo. Nesse sentido, o trabalho aparece apenas como meio para o processo de valorização, desaparecendo o poder de decisão do trabalhador sobre o conjunto de sua atividade socioproductiva. O trabalhador torna-se, assim, um objeto manipulável pelo capital e uma parte subordinada, ou seja, um fator material de produção que exerce de modo empobrecido, alienado e desumanizado, as funções do trabalho vivo (MÉSZÁROS, 2009). O trabalhador torna-se “mero dente da engrenagem da máquina produtiva do sistema do capital” (PANIAGO, 2007, p. 30) e o trabalho, um fim em si. Ou seja, transforma o sujeito real da produção em objeto manipulável do capital, objetificando ou coisificando o trabalhador.

Sennett (2009) chama atenção para o fato de que, no processo de desenvolvimento histórico, no Ocidente, a atividade prática foi menosprezada e desvinculada das ocupações ditas como mais elevadas. A habilidade técnica foi separada da imaginação, colocando, a religião, a realidade tangível, em dúvida e fazendo com que o orgulho pelo próprio trabalho fosse um luxo, pois poucos são os trabalhadores que, no contexto atual, podem escapar da perversa circularidade do sistema do capital. Levando em consideração a perspectiva social e com vistas a conferir direcionamento à pesquisa de campo, este estudo partiu, então, do livro *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*, de Antunes (2007), nesta obra o autor afirma que o trabalho, para ser dotado de sentido, deve ser autônomo, autodeterminado e livre. A fim de explicar seu posicionamento, recorre a Lukács (1980 apud ANTUNES, 2007) explicando que György Lukács entende que, para se produzir como gênero humano, o ser social elabora seu trabalho pelo processo de autoatividade e autocontrole, isso porque a autoatividade e o autocontrole fazem com que o indivíduo salte de sua origem natural, baseada em instintos, para uma produção e reprodução como gênero humano, o que lhe permite trilhar o caminho da liberdade.

3. METODOLOGIA

Metodologicamente, optou-se pela intensificação da pesquisa bibliográfica sobre sentidos do trabalho no Brasil para, a partir de então, iniciar a fase de pré-teste com a categoria de trabalhadores *policiais militares*.

Faz-se necessário explicitar que os resultados apresentados são limitados, parciais e fazem parte de uma etapa maior de pesquisa, sendo, portanto, úteis apenas como estudo preliminar, ou seja, uma primeira análise.

Este artigo caracteriza-se como um estudo exploratório, sendo realizado com o CPE. Justifica-se essa opção pela importância de estudar de forma mais detalhada os significados do trabalho para diferentes categorias profissionais.

O número de entrevistados foi definido utilizando o critério de acessibilidade: aqueles que aceitaram participar da pesquisa, após exposição de seus objetivos. Thiollent (1982) afirma, que não há impedimento quanto à seleção por acessibilidade. Não há necessidade de obediência a regras mecânicas. “A seleção supõe a disponibilidade do entrevistado, a qual não é previsível antes de um primeiro contato. A seleção resulta de uma avaliação da relevância ou da representatividade social (não estatística) das pessoas” (THIOLENT, 1982, p. 34).

O número de entrevistados se justifica principalmente por se tratar de um pré-teste, com objetivo de elaboração de uma primeira análise. Deve ser observado, ainda, que se buscou nessa etapa abordar policiais militares de diferentes patentes, o que era um importante requisito nessa etapa.

Após consulta aos sujeitos de pesquisa, obteve-se o consentimento de 13 policiais militares de diferentes patentes vinculados a diferentes batalhões do CPE. Os questionários foram aplicados em fevereiro e março de 2014. Os dados coletados foram tabulados no programa *Sphinx Plus* e são analisados a seguir.

4. RESULTADOS

Esta seção busca apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada com os 13 policiais militares de diferentes patentes que aceitaram participar desta etapa da pesquisa. Antes, entretanto, cabe apresentar a instituição Polícia Militar do Estado da Bahia, dada a especificidade institucional, que pode influenciar a compreensão dos dados apresentados.

4.1. A Polícia Militar da Bahia

Este artigo traz uma análise de um órgão integrante da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – a Polícia Militar –, especificamente circunscrito ao CPE.

O modelo ora adotado inclui-se no Sistema Estadual de Segurança Pública, que foi instituído em 1983, por meio da Lei Delegada n. 78, de 3 de junho. O sistema tem por finalidade executar a política governamental destinada a garantir a ordem pública, coparticipando do sistema da segurança interna e defesa civil do Estado, protegendo pessoas e patrimônios, assegurando os direitos e garantias individuais, prevenindo e reprimindo a criminalidade, garantindo o cumprimento da lei e o exercício dos poderes constituídos, tendo como órgãos integrantes a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Departamento Estadual de Trânsito (BAHIA, 2011).

Para atuação, conjunta o Estado definiu um programa, via política pública, denominado Pacto Pela Vida (PPV). O PPV traz uma articulação permanente entre os poderes, com a criação do Sistema de Defesa Social; os investimentos de recursos para o fortalecimento da gestão e da infraestrutura das polícias; a priorização das políticas de prevenção social nas áreas críticas; o fortalecimento do sistema prisional; o controle na preservação da vida nas ações de prevenção e repressão das polícias; a estruturação de equipamentos de apoio e recuperação de usuários de substâncias psicoativas; a criação de um canal de comunicação permanente com a sociedade; e as campanhas educativas em relação ao consumo de drogas e de valorização dos direitos humanos. Da sociedade civil, o Estado espera obter: a parceria na elaboração e avaliação do PPV; o envolvimento e comprometimento da comunidade nas ações sociais; a colaboração na vigilância natural e, conseqüentemente, na denúncia de delitos; a conscientização dos jovens sobre os riscos do uso de drogas; e a difusão dos valores de família e de direitos humanos. Trata-se, portanto, de um programa que articula Estado e sociedade civil em torno de um objetivo comum – a redução da violência urbana. O PPV é uma política pública que trata da problemática da violência na Bahia e avalia como a organização e ação policial, por meio da identificação dos critérios de constituição territorial das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), bem como da estruturação das organizações policiais – Polícia Militar e Polícia Civil; e da percepção do cidadão em relação à eficácia dos indicadores propostos pelo programa (BAHIA, 2014a).

A Polícia Militar da Bahia (PM-BA) foi criada oficialmente por um decreto do Imperador D. Pedro I, em 17 de fevereiro de 1825, com o objetivo de organizar na Cidade da Bahia um Corpo de Polícia. Durante 189 anos, essa instituição vem passando por transformações. Atualmente, conta com mais de 30.000 homens e mulheres distribuídos

em todo o estado. A atuação da PM-BA cobre todo o estado, com uma estrutura de segurança pública composta de 20 batalhões; 44 companhias; 6 unidades especializadas, além das unidades administrativas, financeiras, de logística e de ensino (BAHIA, 2014b).

O CPE é constituído por vinte unidades operacionais especializadas (UOE) que são: Batalhão de Guardas (BG), Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), Batalhão de Polícia Choque (BPChq), Batalhão Especializado de Policiamento em Eventos (Bepe), Operação de Combate a Roubo em Coletivos (Gêmeos), Esquadrão de Polícia Montada (EsqdPMont), Esquadrão de Motociclistas Águia, Companhia de Policiamento Ambiental (Coppa), as Companhias Independentes de Policiamento Especializado (Caatinga, Polo Industrial, Cerrado, Mata Atlântica, Cacaueira, Litoral Norte, Semiárido, Sudoeste e de Policiamento Ambiental e de Polícia Rodoviária) e Grupamento Aéreo (BAHIA, 2014b).

Compreender o posicionamento dos policiais militares vinculados ao CPE, em relação aos diferentes significados, requer compreender, antes, algumas especificidades do serviço e da carreira dos policiais militares.

O serviço policial militar consiste no desempenho das funções inerentes ao cargo policial militar e ao exercício das atividades inerentes à missão institucional da Polícia Militar. Todos os encargos estão previstos na legislação e relacionam-se com a preservação da ordem pública no estado. A carreira policial militar inicia-se com o ingresso (oficial ou praça) e obedece à sequência de graus hierárquicos (BAHIA, 2014b).

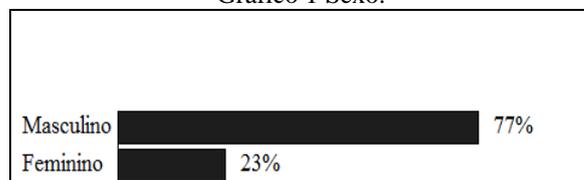
O ingresso na carreira de oficial da Polícia Militar ocorre no posto de Tenente da Polícia Militar, satisfeitas as exigências legais, mediante curso de formação realizado na própria instituição. O ingresso na carreira de Praça da Polícia Militar ocorre na graduação de soldado da Polícia Militar 1ª classe, mediante concurso e curso de formação realizado na própria instituição. Os postos e graduações da escala hierárquica são os seguintes: a) Oficiais: Coronel PM; Tenente Coronel PM; Major PM; Capitão PM; e 1º Tenente PM. b) Praças: Subtenente PM; 1º Sargento PM; Cabo PM; e Soldado 1ª Classe PM. O policial militar, habilitado em concurso público e nomeado para cargo de sua carreira, adquirirá estabilidade ao completar três anos de efetivo exercício, desde que seja aprovado no estágio probatório (BAHIA, 2014b).

A carreira requer o alinhamento com os valores institucionais, que são de duas ordens: I) da organização: a dignidade do homem; a disciplina; a hierarquia; a credibilidade; a ética; a efetividade; a solidariedade; a capacitação profissional; a doutrina; a tradição; e II) do profissional: a eficiência e a eficácia; o espírito profissional; a aparência pessoal; a autoestima; o profissionalismo; a bravura; a solidariedade; a dedicação (BAHIA, 2014b).

4.2. Perspectivas sobre o trabalho para os policiais do Comando de Policiamento Especial: uma primeira análise

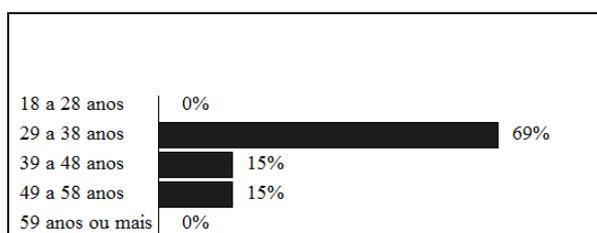
Em relação ao perfil dos respondentes, apresentado nos gráficos 1 e 2, verificou-se que, dada a natureza do trabalho e as características da própria instituição – a Polícia Militar – CPE-BA, a maioria dos respondentes é do sexo masculino (77%) e tem entre 29 e 38 anos (69%).

Gráfico 1 Sexo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

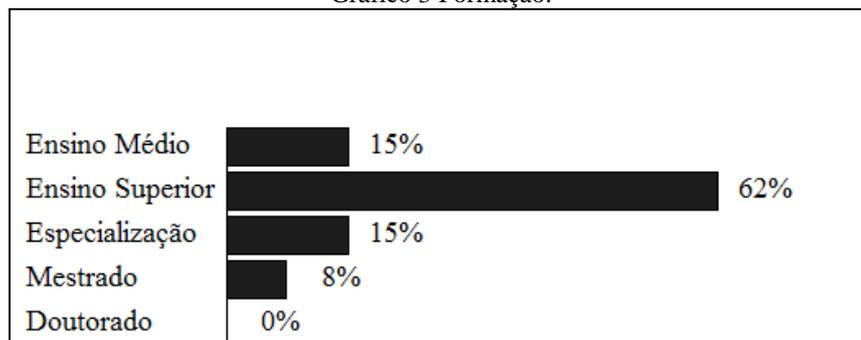
Gráfico 2 Idade.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à formação, observou-se que 62% dos respondentes já possuíam Ensino Superior completo, sendo 15% especialistas e 8% mestres, conforme o Gráfico 3. Cinco dos participantes apontaram graduação no Curso Superior de Formação de Oficiais (CFO), requisito obrigatório para ingresso na instituição como oficial. Adicionalmente indicaram título de graduação em diferentes formações, tais como: contabilidade, história, pedagogia, administração, educação física e direito. Quanto à especialização, as formações estão basicamente vinculadas ao exercício da profissão: Gestão em Segurança Pública (Cesp), Prevenção da Violência, Direitos Humanos e Cidadania, Defesa Social e Gestão Estratégica em Segurança Pública (Cegesp). As formações Cesp e Cegesp são condições obrigatórias para a promoção na carreira de oficial.

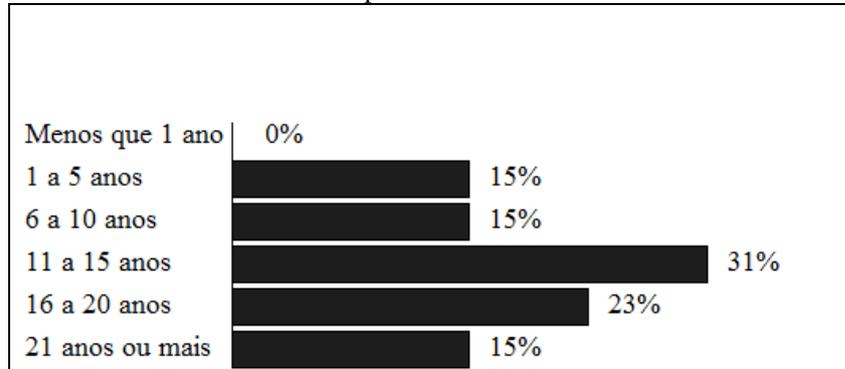
Gráfico 3 Formação.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os respondentes possuíam diferentes patentes. A amostra do pré-teste foi constituída por 46% de soldados, 23% de capitães, 15% de tenentes, 8% de tenentes coronéis e 8% de outros (não qualificados). Quanto ao tempo em que se vinculam à instituição, observou-se que os que estão entre 11 e 20 anos correspondem a 54% dos respondentes, sendo 31% de 11 a 15 anos e 23% de 16 a 20 anos; são, portanto, policiais experientes, como apresentado no Gráfico 4.

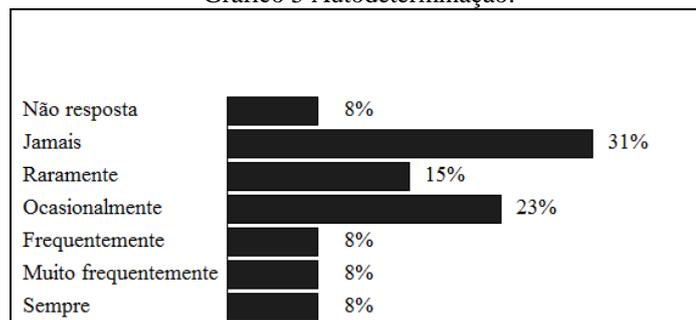
Gráfico 4 Tempo de atividade na PM-BA.



Fonte: Elaborado pelos autores.

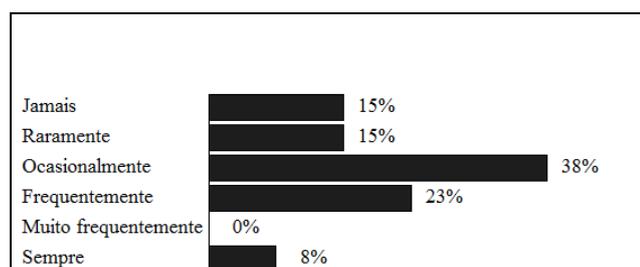
Ao ser questionados em relação aos sentidos do trabalho, utilizando as categorias de análise apontadas por Antunes (2007), verificou-se que, em relação à autodeterminação, os respondentes apontam, em 31% das respostas, que jamais autodeterminam seu trabalho e 38% afirmam que ocasionalmente têm autonomia para a realização das atividades. Os indicadores *frequentemente* e *muito frequentemente* aparecem com baixo nível de indicação para as duas categorias.

Gráfico 5 Autodeterminação.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 6 Autonomia.

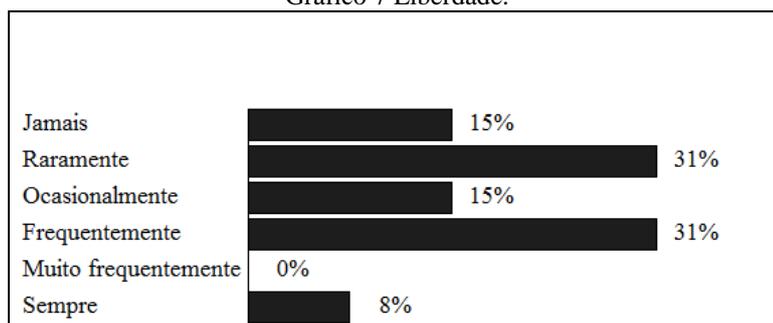


Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à categoria liberdade, observa-se um reconhecimento maior dessa categoria de trabalhadores para o exercício do trabalho com liberdade, pois 31% afirmam

que frequentemente exercem suas atividades com liberdade e 8% afirmam sempre possuir liberdade.

Gráfico 7 Liberdade.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Para melhor compreender quais significados essa categoria atribuída ao trabalho, foram realizados cinco questionamentos sobre o trabalho, a saber: significado do trabalho, significado do trabalho na Polícia Militar, significado de ser um policial militar, significado positivo do trabalho na PM-BA e significado negativo do trabalho na PM-BA. A partir das palavras apontadas foi constituído o Quadro 1.

Quadro 1 – Significados sobre o trabalho e o trabalho policial

Ordem	Patente	Significado Trabalho	Significado Trabalho na PM-BA	Significado Ser PM	Significado Positivo Trabalho na PM-BA	Significado Negativo Trabalho na PM-BA
1	Capitão	Ordem	Capacitação	Profissionalismo	Resultado	Política
2	Tenente	Sobrevivência	Satisfação	Realização	Gratidão	Opressão
3	Capitão	Realização	Compromisso	Superação	Exemplo	Inveja
4	Soldado	Responsabilidade	Coragem	Fantoche	Aprendizado	Desvalorização
5	Soldado	Independência	Determinação	Coragem	Responsabilidade	Desvalorização
6	Outros	Profissionalismo	Dedicação	Responsabilidade	Dever	Desvalorização
7	Soldado	Estabilidade	Contribuição	Mediação	Organização	Desvalorização
8	Tenente	Sobrevivência	Dificuldades	Sacerdócio	Essencial	Estresse
9	Tenente	Sustento	Orgulho	Governo	Dever	Poder
10	Soldado	Necessidade	Indispensável	Banal	Amizade	Arbitrariedade
11	Soldado	Vida	Perseverança	Atitude	Disciplina	Desvalorização
12	Capitão	Recompensa	Realização	Servir	Realização	Ingerência
13	Tenente Coronel	Prazer	Cidadania	Amor	Justiça	Discriminação

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para os policiais, os sentidos apontados para o trabalho, desvinculado do exercício profissional, aparecem tal qual afirmam Tonet e Nascimento (2009) e Antunes (2007), ou seja, o significado do trabalho é historicamente determinado, e não conatural. Resulta da divisão social do trabalho do modo de produção capitalista e opera a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Assim, são apontados sentidos de

imposição do trabalho. O trabalho que garante a sobrevivência, o sustento, a independência e a estabilidade. Traduz-se, ainda, em uma responsabilidade cuja recompensa é uma necessidade. O trabalho é visto sob a perspectiva do assalariamento – trabalho abstrato, ou seja, o trabalho despido de suas especificidades e considerado simples despesa de energias humanas, manifestando-se no valor de troca.

Ao buscar os significados do trabalho vinculados ao exercício profissional na Polícia Militar, observa-se que os diferentes sentidos apontados pelos respondentes são permeados pelos valores institucionais. Segundo a Bahia (2014b), são manifestações essenciais dos valores policiais militares: o sentimento de servir à sociedade, traduzido pela vontade de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à preservação da ordem pública e à garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana; o civismo e o respeito às tradições históricas; a fé na elevada missão da Polícia Militar; o orgulho do policial militar pela Instituição; o amor à profissão de policial militar e o entusiasmo com que é exercida; o aprimoramento técnico-profissional. Pode-se, então, inferir que a capacitação apontada por um dos respondentes pode correlacionar-se ao aprimoramento técnico-profissional. Já palavras como compromisso, contribuição, determinação, perseverança, cidadania e dedicação podem vincular-se ao sentimento de servir à sociedade, sendo esta uma atividade “indispensável”, como também apontado por um dos respondentes. A coragem, a satisfação, o orgulho, a realização refletem a vontade de cumprir o dever como policial militar, bem como o orgulho no exercício de tal trabalho. Demonstra um posicionamento imbricado com os valores institucionais. Apenas um dos respondentes apontou um significado que pode ter a conotação negativa “dificuldade”. Cabe, nessa categoria, analogia ao trabalho concreto, ou seja, o que traz recompensas de natureza subjetiva criando vínculo com a realidade tangível e para a possibilidade de gratificação – orgulho de seu trabalho, resultando em realização e engajamento.

Ao avaliar o posicionamento quanto ao significado de ser um policial militar há posições contraditórias. Os significados positivos assemelham-se aos apontados anteriormente e são: profissionalismo, realização, superação, coragem, responsabilidade, mediação, sacerdócio, governo, atitude, amor e servir. São significados também vinculados aos valores institucionais. Entretanto, 2 dos respondentes associam o trabalho como policial a um trabalho banal e de um fantoche. Aspectos que merecem atenção, principalmente porque, quando questionados quanto a significados negativos ao trabalho na PM-BA, 5 dos respondentes apontam a palavra desvalorização. Já em relação aos significados positivos, pode-se afirmar que reforçam as palavras apresentadas para os significados do trabalho na PM-BA.

5. CONCLUSÕES

Ao buscar identificar os sentidos do trabalho para policiais militares vinculados ao CPE, verificou-se que a análise, a partir das categorias estabelecidas por Antunes (2007), torna-se insuficiente, pelo menos no pré-teste, dado que o número de respondentes é pequeno e não permite um profícuo cruzamento de dados. Por exemplo, seria possível cruzar a variável patente com as variáveis autodeterminação, autonomia e liberdade, a fim de identificar se essa variável influencia os resultados. Caberia, aí, um aprofundamento para avaliar, inclusive, a possibilidade de desdobramento das categorias, com adaptação das terminologias.

Esse aspecto identificado no percurso não invalida o estudo, principalmente porque este, como o próprio título sugere, é preliminar e de caráter exploratório. Assim, trata-se de uma importante constatação que deverá contribuir para os próximos levantamentos e análises.

Em relação ao perfil dos policiais, os resultados apontam respondentes qualificados com experiência significativa em suas atividades, em função do tempo de sua vinculação à instituição PM-BA.

Quanto à percepção dos respondentes em relação ao trabalho de modo geral, observa-se que os respondentes atribuem ao trabalho um significado que garante sobrevivência, sustento, independência e estabilidade.

Ao identificar as diferentes perspectivas atribuídas ao trabalho policial, observa-se uma influência significativa dos valores policiais militares, tais como sentimento de servir à sociedade; cumprimento do dever policial militar; devotamento, civismo e respeito às tradições históricas; fé na missão da Polícia Militar; orgulho do policial militar pela instituição; e o aprimoramento técnico-profissional.

Ao testar as categorias autonomia, autodeterminação e liberdade, verificou-se a necessidade de subdivisão em subcategorias, bem como a aplicação de uma pesquisa de campo com uma amostra significativa para o universo estudado, o que permitirá, na etapa futura, a realização de cruzamentos e análises estatísticas com rigor metodológico.

Assim, dados os resultados ora apresentados, pode-se afirmar que os significados do trabalho para os policiais do CPE alinham-se aos valores institucionais e revestem-se de sentimentos contraditórios, a depender do questionamento, corroborando o posicionamento de Sennett (2009a), quando afirma que a realização do trabalho (concreto) traz recompensas de natureza subjetiva, pois são duas as recompensas: a criação do vínculo com a realidade tangível e a possibilidade de gratificação, do orgulho

do indivíduo em relação ao seu trabalho. A segunda recompensa, dadas as condições históricas e materiais, fica comprometida em função da precarização do próprio trabalho e das condições do trabalho do policial na atualidade.

Reconhecendo ser este um estudo preliminar, cabe destacar suas limitações: não cabem generalizações e há necessidade de redefinição das categorias de análise para um estudo mais aprofundado. Cabe, ainda, em investigações futuras, considerar a influência do reconhecimento ao trabalho do policial por parte da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. P. C.; TOLFO, S. R.; DELLAGNELO, E. H. L. Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a administração e a psicologia. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 200-216, mar./abr. 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARAÚJO, R. R. D.; SACHUK, M. I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.
- BAHIA (Estado). **Plano Estadual da Segurança Pública - PLANESP: 2012 a 2015**. Salvador: Secretaria da Segurança Pública, 2011.
- _____. Pacto pela Vida. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2014a.
- _____. Polícia Militar do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.pm.ba.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2014b.
- BENEVIDES, T. M. **Vendendo dinheiro e precarizando o trabalho**: as transformações do trabalho bancário em Salvador. 225 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- BENEVIDES, T. M.; RIBEIRO, D.; SILVA, Jardel Messias. Os significados do trabalho para os permissionários do Centro Comercial de Camaçari: uma primeira análise. In: ENEO, 2014. 2014. Gramado, RS. Anais: Rio Grande do Sul, 2014. p. 1-15.
- BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J.; BORGES-ANDRADE, J.; BASTOS, A. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 15-34.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, 189-202, 2009.
- DIAS, M. S. L. Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de universitários. 2009. Disponível em:

- <<http://www.cfh.ufsc.br/~ppgp/Maria%20Sara%20de%20Lima%20Dias.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- DAL MAGRO, M. L. P.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 2008, v.13, n. 4, p. 703-711.
- DOURADO, D. P. et al. Sobre o sentido do trabalho fora do enclave de mercado. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, artigo 10, 2009.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LUCHESE, G. T. et al. Os sentidos do trabalho: um estudo de caso em uma instituição de ensino superior. **Unoesc & Ciência**, Joaçaba, v. 1, n. 1, p. 79-88, 2010.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes; a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORIN, E. **Os sentidos do trabalho**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001.
- _____. **Os sentidos do trabalho**. RAE-Executivo, São Paulo, n. 1, p. 70-75, 2002.
- MORIN, E. M.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27. 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia, SP: Anpad, 2003.
- NATIVIDADE, M. R.; COUTINHO, M. C. O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 430-439, 2012.
- OLIVEIRA, R. V.; MENDONZA, R. **Introdução: os sentidos do trabalho em discussão**. 2007. Disponível em: <http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v13n1/00_arius_13_1_introducao.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- PADILHA, V.; CARNEIRO, L. Os trabalhadores pelas lentes dos discursos das carteiras de trabalho no Brasil. In: NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. **Retratos do trabalho no Brasil**. Uberlândia, MG: Ed. UFU, 2009. P-36-57.
- PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. Maceió: Ed. Ufal, 2007.
- _____. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Pólis, 1982.
- TONET, I.; NASCIMENTO, A. A centralidade do trabalho. In: TONET, I.; NASCIMENTO, A. (Org.). **Descaminho da esquerda**. São Paulo: Alfa-Omega, 2009. 123 p.

Tânia Moura Benevides

Professora Doutora da Escola de Universidade Federal da Bahia e da Universidade do Estado da Bahia. Bacharel (FRB, 1996) e Mestre (UNIFACS, 2003). Doutora em Administração (UFBA, 2012).

Denise Ribeiro de Almeida

Professora Doutora da Escola de Universidade Federal da Bahia. Bacharel (UERJ, 1981) e Mestre (UFRJ, 1986). Doutora em Administração (UFBA, 2012).

Eduardo Almeida Cunha

Professor Mestre da UNIME. Bacharel (UNEB, 1993 e UCSAL, 2001) e Mestre (UFBA, 2009). Major da PMBA.

Jaime Fabiano Mendes

Discente de Ciências Contábeis da Universidade do Estado da Bahia. Soldado da PMBA.